

Não há controle nem segurança

Corrida em busca do ouro gera muitos conflitos nos garimpos

DATA : 19 08 87

FONTE : DIÁRIO DO AMAZONAS / MAO

CLASS. :

PG. :

3

ainda mais em 1986, com 655 e estando até o último dia 23 de julho com 347 pedidos de pesquisa.

HECTARES ONERADOS

Dos 1.564.445 quilômetros quadrados do Amazonas, 11,63% (182.021,82 quilômetros quadrados) estão onerados com pedidos de pesquisa mineral, que é simplesmente uma expectativa de direito. Boa parte desses pedidos estão dentro de áreas indígenas e destes nenhum foi liberado até o momento.

Os "Alvarás de Pesquisa" todos fora de áreas indígenas à época das autorizações, mas depois anexadas com a ampliação das reservas, ocupam um total de 5,07% do Amazonas, ou seja, um total de 79.346,16 quilômetros quadrados. Desse total, entretanto, o governo só assinou decreto de lavra para 1.593,19 quilômetros quadrados, ou 0,10% da área total do Estado.

Os Decretos de Lavras assinados pelo Governo, todos foram de áreas indígenas, são os do Projeto Pitinga, em Presidente Figueiredo, o maior deles; dois para a exploração de ouro no Rio Parauari, em Maués, atualmente paralisados; outro em Igarapé Preto; e um outro para a exploração de ferro no Rio Jatapu, da Siderama, também paralisado.

A área de licenciamento para a exploração de material para a construção civil ocupa um total de 6,42 quilômetros quadrados, ou seja, somente 0,0004% das terras do Amazonas. Entre os pedidos de pesquisa, alvarás, decretos e licenciamentos, um total de 16,8 das terras do Amazonas, o equivalente a 262.967,59 quilômetros quadrados, estão comprometidas com atividades minerais.

matando-os à tiros.

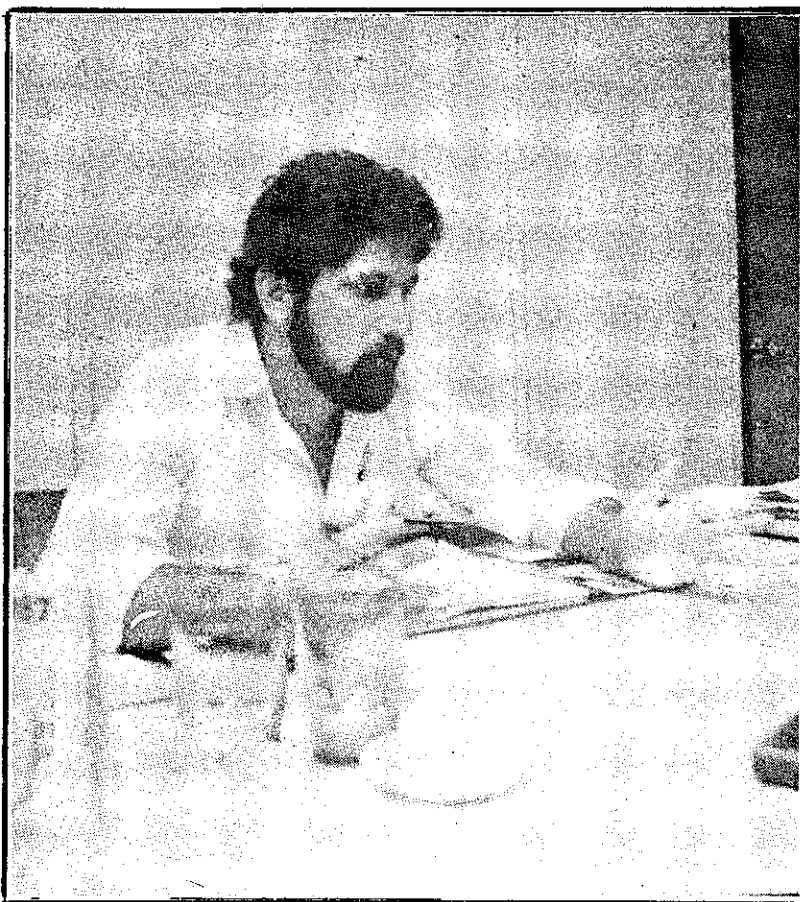
— O problema é da Funai porque é área indígena e não reserva garimpeira, garantiu o diretor do DNPM, que ontem não recebeu qualquer informação nova sobre o conflito e nem as providências que já foram adotadas para evitar novos massacres.

PRODUÇÃO DE OURO

De janeiro a junho o Departamento Nacional de Produção Mineral registrou uma produção de 57k417 gramas de ouro no Amazonas, sendo junho o mês de maior desempenho, com uma produção recorde de 22k621 gramas. Comparado ao primeiro semestre de 1986, houve um crescimento de 10,50% na produção. A maior produção de ouro, porém, continua sendo em Rondônia, com 396k217 gramas no primeiro semestre, contra 90k316 gramas em Roraima, no mesmo período.

O diretor do DNPM, por outro lado, confirmou que de 1983 até o último dia 23 de julho o órgão protocolou um total de 6.121 pedidos para pesquisa mineral no Amazonas. De acordo com levantamentos feitos por Fernando Burgos, um total de 16,8% das terras do Estado estão onerados com perspectivas minerais.

Durante o ano de 1983, 1.971 requerimentos de pesquisa foram protocolados no 8º Distrito do DNPM, contra 2.151 no ano seguinte. O diretor explicou esse acréscimo dizendo que isso só aconteceu devido a publicação do Decreto 88.895/83, que permitiu que empresas nacionais requererem pesquisas minerais em áreas indígenas. Até hoje essas áreas estão marcando prioridade. No ano de 1985 os registros caíram para 997, caindo



Fernando Burgos fala sobre os conflitos nas áreas de garimpo

Da área total do Estado do Amazonas 16,8% estão comprometidas com atividades minerais, que vão desde os simples pedidos de pesquisa até os licenciamentos para a exploração de materiais para a construção civil. Esses dados fazem parte de um levantamento que foi feito pelo próprio diretor do 8º Distrito do DNPM, Fernando Burgos, que ontem falou sobre os conflitos registrados entre índios Yanomamis da Serra de Couto Magalhães e garimpeiros, em Roraima, que resultou na morte de "5 garimpeiros e 4 índios". Ele disse que o DNPM não vai intervir no problema, que está diretamente afeto à Funai.

Fernando Burgos foi avisado segunda-feira pela manhã sobre o conflito, através do presidente do DNPM em Boa Vista. De acordo com informações do presidente, no massacre dos índios Yanomamis sobre os garimpeiros morreram 9 pessoas, sendo 5 garimpeiros e 4 índios da tribo Yanomami que ocupa a Serra de Couto Magalhães. Esses índios seriam totalmente aculturados.

De acordo, ainda, com o DNPM, existem na região do conflito os garimpos de "Apiáú", "Rio Novo" e "Cambalacho", mas nenhum deles é conhecido pelo órgão, que não possui qualquer controle sobre o número de garimpeiros na área ou a produção diária de ouro. O diretor do 8º Distrito disse que uma parte da região é área indígena e outra não, e ele não soube precisar se os garimpos estão dentro ou fora da área dos índios.

O presidente informou ao diretor Fernando Burgos que não existem malocas nas proximidades da área do massacre e ele não soube precisar de que maneira os índios chegaram ao local e nem o que levou eles atacarem os garimpeiros.